



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

MISSÃO DIPLOMÁTICA DA IMPRENSA

DISCURSO PROFERIDO NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA, NO RIO DE JANEIRO, A 7 DE ABRIL DE 1968, DURANTE ALMOÇO COMEMORATIVO DO 60º ANIVERSÁRIO DA ENTIDADE DOS JORNALISTAS.

Senhores:

Gratíssima para mim é esta oportunidade de conviver algumas horas com os homens que fazem e comandam a Imprensa livre do nosso País.

Entre fazer e comandar há alguma distância; e se a ela me refiro é para assinalar a circunstância de me encontrar diante de profissionais autênticos, que não encaram a imprensa como indústria — embora da natureza do empreendimento industrial ela se revista cada vez mais o nosso tempo — mas principalmente como uma forma de participação na vida pública e até na missão de legislar, aplicar as leis na distribuição da justiça, e governar, no sentido mais amplo desta palavra.

Já entre comando e liberdade não há distância, pois aludo a noções que se completam e integram, entre vós e de um modo geral, pela necessidade de se distinguir o livre do arbitrário.

Dizem-me que restabeleço, com minha presença nesta Casa, a tradição do comparecimento de Chefes-de-Estado à ABI. Ainda que não estivesse arrimado no exemplo de antecessores meus, que trouxeram à Associação Brasileira de Imprensa o testemunho do apreço ao duro trabalho dos homens de jornal, aqui estaria para começar a tradição e bendizer o ensejo deste convívio, que me permitiu ouvir o belo discurso do vosso Presidente ⁽¹⁾ e me permitirá dizer-vos como prezo e como entendo a vossa missão, fundada na primeira das quatro liberdades de Roosevelt: a liberdade de palavra e expressão.

Entendo-a como complemento da missão de governar. Pelas grandes vozes do nosso passado, como pelos acontecimentos mais impor-

(1) Jornalista Danton Jobim.

tantes de nossa História moderna e recente, tomamos a decisão de ser uma Nação livre e de viver em democracia. A imprensa nos ajudou nessa determinação e nos ajuda ainda hoje a não abandoná-la, na medida em que nos traz, dia a dia, os ecos, os anseios, os temores e as aspirações da opinião nacional. Não nos enganamos quanto às dificuldades de captar a opinião, para conhecê-la em sua expressão verdadeira e por ela orientar a nossa obra de governo. Há muitas formas de mistificá-la e distorcê-la, para induzir a erro o governante. Na era da comunicação de massas, não ignoramos haver até uma ou várias técnicas de «fazer» a opinião, de formá-la e deformá-la, de simular estar sendo ela refletida quando às vezes está sendo apenas traída e violentada por meios poderosos de manipulação. Mas é preciso buscá-la com paciência, pertinácia e fervor, procurando distinguir a mistificação da verdade, desprezando as nuances para melhor identificar o que de fato é nela fundamental e, ao mesmo tempo, trabalhando para informá-la e esclarecê-la, com boa-fé e lealdade.

Para isto, é indispensável que haja liberdade. Até por ser difícil discernir, de imediato, entre a malícia e a notícia, entre a verdade nua e a mentira bem vestida pelas técnicas modernas do jornalismo escrito e falado, o governante não se arrogará o direito de calar pela violência o órgão que lhe pareça estar fugindo a nobreza do seu papel. É difícil, por vezes, escapar aos movimentos de impaciência e inconformismo ante as formas ostensivas de falseamento da verdade, mas é preciso pagar esse tributo para colher os benefícios gerais da existência de uma Imprensa livre no País. O Presidente Kennedy costumava, em tais situações, deixar simplesmente de ler o jornal que enveredava pelo caminho da mentira e da campanha pessoal. Ao representante do New York Herald Tribune, que passara a atacá-lo injusta e sistematicamente, quando lhe perguntou «como estava» em relação a esse jornal, respondeu o grande democrata, na Casa Branca:

— Lendo menos e gostando mais ⁽¹⁾...

E há o caso do Papa Adriano, desaconselhado sabiamente a submergir no Tibre um pasquim. Segundo o Padre Manuel Bernardes, ⁽²⁾ houve em Roma antigamente um alfaiate, chamado Pasquilo ou Pasquino. Irreverente e talentoso, e como tinha acesso às casas dos Príncipes e Cardeais, do muito que chegava a saber fazia epigramas que circulavam rapidamente, fustigando maus costumes ou simplesmente ferindo pessoas importantes pelo gosto de frase espirituosa. Sua morte foi um alívio para as vítimas de sua mordacidade, que, no entanto não sossegaram completamente, pois nos jardins da casa de Pasquino foi desenterrada uma estátua de gladiador, em cujas costas passaram outros críticos, anônimos, a afixar novos epigramas, logo cha-

⁽¹⁾ Kennedy chegou a cancelar a assinatura do «New York Herald Tribune» restabelecendo-a dois ou três meses depois. (Nota do Editor).

⁽²⁾ «Nova Floresta», Confiança em Deus.

mados «pasquins». Como a maioria deles se dirigia contra Adriano, o Papa manifestou a intenção de mandar remover a estátua e lançá-la no Tibre. Mas um certo Luiz Suesseno demoveu-o, com este Conselho sábio:

— Senhor, o Pasquim é da espécie de rãs, que debaixo da água coaxam mais.

Pasquins existem e creio que existirão sempre, mas nem a respeito deles se pode pensar que suprimi-los ou silenciá-los pela força constitua solução para o problema das distorções a que se submeta a liberdade de Imprensa. Estão sujeitos a dois tipos de sanções: aquelas determinadas claramente pela lei e a mais severa de todas, que é a da própria opinião pública, cuja tendência entre nós é desprezá-los e deixá-los morrer de morte natural.

Grandes e pequenos jornais respeitáveis, que tenham noção exata da importância de sua missão na democracia moderna, hão de estar atentos, contudo, à íntima conexão existente entre o direito à liberdade e o dever da responsabilidade. Embora a Imprensa, no dizer de Machado de Assis, seja como a lança de Têlêfo e cure as feridas que faz, ela não pode ferir indistintamente, como espada em mão de bêbado, pois acabaria golpeando-se a si mesma. Assim como a força exercida sem as limitações da lei, a liberdade praticada sem o dignificante contrapeso da responsabilidade acaba desencaminhando-se para os desvãos do banditismo e do crime.

Não vos falo de assunto estranho às vossas cogitações pessoais, muito menos à vossa história. Emito conceitos que poderiam ser repetidos pelo ilustre Presidente desta Casa, Professor de Ética e Jornalista dos mais notáveis que já apareceram em nossa Imprensa. A Assembléia Geral da ONU, reunida em Paris em 1948 para aprovar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, consagrou o princípio segundo o qual «todo individuo tem direito à liberdade de opinião e expressão, o que implica o direito de não ser perseguido pelas suas opiniões e de buscar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, as informações e as idéias, por qualquer meio de expressão que seja». Mas em Genebra, no mesmo ano, uma Conferência das Nações Unidas, sobre a liberdade de expressão e informação, completou aquele princípio com este outro: «O direito à liberdade de expressão inclui deveres e responsabilidades e pode, em consequência, ser submetido a sanções, condições ou restrições claramente definidas por lei, no que concerne à difusão sistemática de notícias falsas ou deformadas, que prejudiquem as relações amistosas entre povos e Estados».

Dificuldades de natureza técnica impediram a aplicação deste princípio no plano internacional, sem que sua força e validade possam ser postas em dúvida no plano interno de cada país. A responsabilidade é a outra face da liberdade. Não somente a completa, como lhe dá beleza e condições de perpetuidade. A Associação de Imprensa do Es-

tado de Washington inscreveu em seu Código de Ética, redigido em 1923, esta bela sentença, que explica a vitalidade e a força moral da imprensa norte-americana: «O jornalista deve ser leal à comunidade, ao Estado e à Nação».

O crescimento dos meios técnicos e a própria evolução do jornal como veículo, de eficácia cada vez maior, da comunicação social, tiveram como contrapartida o agigantamento da responsabilidade do jornalista. Acentuar esse fenômeno de ocorrência indiscutível é comentar convosco um dos vossos problemas internos e também reconhecer e louvar a importância do vosso papel na sociedade contemporânea, de vossa missão na democracia do nosso tempo. A maneira como se comporta a Imprensa, de um modo geral, em face das tentativas que se fazem nestes últimos dias para utilizar a impetuosidade ingênua da juventude e lançar o País na desordem é a prova mais recente de que estais de fato preparados para corresponder à grandeza dessa missão. E acentua em mim a fé que deposito, não apenas na Imprensa, mas na perenidade do sistema democrático entre nós.

Sim, Senhores, creio na imprensa livre, porque ela nos ajudou a conquistar a Independência, a fazer a Abolição, a realizar o sonho republicano e a completá-lo em 1964, quando esteve ameaçada a nossa República em seus fundamentos políticos e morais.

Creio na imprensa livre, porque creio na liberdade em si mesma, como o maior de todos os bens concedidos ao homem na Terra.

Creio na imprensa livre, porque não creio haver entre os homens força maior que o pensamento em sua ânsia de manifestação, quando procede das fontes do bem e da necessidade de progresso do espírito.

Creio na imprensa livre, porque confio na Opinião Pública — por ela refletida — como vetor de orientação dos homens que governam, sinceramente empenhados na promoção do bem comum.

Creio na imprensa livre, porque também creio que a liberdade seja capaz de gerar, naqueles que a desfrutam, o sentimento da responsabilidade, sem o qual seria, ela própria, aviltada na prática dos abusos e comprometida no cometimentos dos desatinos contrários à paz, à estabilidade e ao progresso moral da sociedade.

Creio na imprensa livre, porque acredito no império da lei, da justiça e da ordem, dentro de cujas fronteiras cada cidadão há-de regular a sua liberdade pelos limites da liberdade dos demais cidadãos.

Creio na imprensa livre, na mesma medida em que não creio se deixa ela dominar pelos interesses de pessoas e de grupos, colocados acima dos interesses da Pátria.

Creio na imprensa livre, em suma, porque não vacilo em minha fé na democracia, da qual nos dá ela o sinal mais característico de presença, funcionamento, superioridade e afirmação.